

*Discurso do Senhor Presidente da República
na abertura da Sessão Especial da Assembléia
Geral das Nações Unidas sobre o Meio
Ambiente e o Desenvolvimento*

NOVA YORK, EUA, 23 DE JUNHO DE 1997

O Brasil vem a esta Sessão Especial da Assembléia Geral para afirmar a sua disposição de continuar na vanguarda do processo que gerou um dos momentos mais expressivos do entendimento internacional.

A Rio-92 forjou uma nova parceria global para o crescimento econômico modelado pela justiça social e pela utilização sustentável dos recursos naturais.

Essa concertação internacional, na base de uma ética de co-responsabilidade e cooperação, é o “espírito do Rio”, o maior legado da Conferência, que precisamos resgatar em sua plenitude.

Os cinco anos passados desde a Rio-92 deixaram patente que as transformações na estrutura política e econômica global não foram acompanhadas pelos progressos necessários na luta contra a pobreza e o uso predatório dos recursos naturais.

Para avançar nessa agenda será preciso fazer mais do que olhar com complacência para o passado. Temos que recolocar o desenvolvimento sustentável no primeiro plano das relações internacionais. Não para acusar. Não para intervir. Não para exercer hegemonia e poder, mas para cooperar.

É preciso corrigir o desequilíbrio que se criou entre os avanços na agenda da liberdade política e econômica, de um lado, e na do desenvolvimento sustentável, de outro.

Senhor Presidente,

A consciência ambiental é hoje uma dimensão indissociável da cidadania. O meio ambiente incorporou-se, e de forma destacada, à agenda política interna dos países.

A Conferência Rio+5, realizada em março deste ano, foi exemplo eloqüente da ação positiva das ONGs na área do meio ambiente e deu novo alento aos debates sobre o desenvolvimento sustentável. Foi um renascimento da consciência ambiental.

Para criar um ponto focal para a opinião pública internacional em torno do desenvolvimento sustentável, o Brasil dispõe-se a sediar no Rio de Janeiro o “Foro do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”. Essa é uma forma de manter vivo “o espírito do Rio”, fazendo da cidade a capital internacional do desenvolvimento sustentável.

Senhoras e Senhores,

Nesta sessão, devemos identificar com serena franqueza as áreas em que não houve progressos e reconhecer que os desafios de hoje são ainda maiores que os de há cinco anos.

Avançamos na consideração de questões críticas globais, como mudanças climáticas, biodiversidade, florestas e desertificação. No entanto, esses avanços foram lentos, porque faltaram instrumentos eficientes de implementação e de financiamento. Em alguns casos, é preciso ainda superar impasses nas negociações. O Brasil tem propostas concretas nas áreas de clima, biodiversidade e florestas.

A pobreza e a degradação ambiental, particularmente nas áreas urbanas, continuam a prejudicar a qualidade de vida de centenas de milhões de pessoas em todo o mundo. Há uma agenda ambiental urbana tão importante quanto a agenda “verde”.

É necessário ampliar a conscientização quanto à importância da proteção dos oceanos, base de sustentação da própria vida, e nesse sentido estimular iniciativas construtivas, como a Comissão Mundial Independente sobre os Oceanos, liderada pelo ex-Presidente Mário Soares.

A água já é um dos temas de maior urgência na agenda para o próximo século.

Padrões insustentáveis de produção e de consumo continuam a prevalecer.

A inconsistência no cumprimento dos compromissos de cooperação internacional ameaça o espírito da parceria forjado no Rio de Janeiro.

Ficou mais fácil cobrar e acusar do que fazer. E o meio ambiente passou a ser utilizado como pretexto para práticas protecionistas, que minam as bases de um sistema econômico internacional aberto e não-discriminatório.

Temos que reencontrar o ponto de equilíbrio alcançado na Conferência do Rio. Não é possível sacrificar os objetivos do desenvolvimento sustentável em nome de uma eficiência econômica.

Senhor Presidente,

Porque tem um dos maiores e mais variados patrimônios ambientais do planeta, o Brasil está firmemente comprometido com a visão de futuro traçada no Rio de Janeiro.

Nossa Constituição consagra os conceitos fundamentais do desenvolvimento sustentável.

Estamos elaborando, além da Agenda 21 nacional, agendas regionais e locais, refletindo o desafio da continentalidade de nosso território. Temos uma avançada legislação ambiental, que não hesitamos em complementar e aperfeiçoar.

Temos dado ênfase à coordenação de políticas econômicas e ambientais. Exemplo disso é o “Protocolo Verde”, mecanismo voltado para a compatibilização dos instrumentos de crédito com a proteção ambiental.

Buscamos a participação da sociedade civil na gestão ambiental e temos descentralizado recursos e ações.

Destinamos 5,22% do território brasileiro, equivalentes a 446 mil km², a parques nacionais e áreas de preservação ecológica, cifra notável sob qualquer ótica.

A nova Política Nacional Integrada para a Amazônia busca reorientar o crescimento econômico e valorizar o homem amazônico. O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil é hoje

um dos melhores exemplos de cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável.

Com o Mercosul estamos ultimando um instrumento jurídico único sobre meio ambiente.

Temos experiência em diversas áreas de interesse da preservação ambiental, que podemos oferecer a nossos parceiros.

Por isso o Brasil associou-se à Alemanha, à África do Sul e a Cingapura em uma iniciativa que busca contribuir para o esforço comum de definição de prioridades e identificação de ações para os próximos anos. Queremos dar um exemplo de como países em diferentes graus de desenvolvimento podem demonstrar, com criatividade e ação concertada, a determinação política de transformar a Agenda 21 numa realidade concreta.

Senhoras e Senhores, são muitos os desafios que devemos enfrentar para alcançar esse objetivo:

- redobrar nossos esforços no combate à pobreza;
- ampliar a agenda ambiental para incluir o meio ambiente urbano;
- fortalecer e tornar ainda mais eficiente a estrutura das Nações Unidas na área do meio ambiente;
- reforçar a presença construtiva das ONGs no debate social, envolvendo trabalhadores e empresários;
- promover ações entre países e grupos de países com maiores afinidades, sem necessariamente esperar um consenso absoluto para agir;
- reconhecer que os compromissos assumidos em 1992 exigem um fluxo substancial de recursos novos e adicionais e a transferência de tecnologias ambientalmente adequadas;
- dar prioridade à educação básica e, dentro dela, à educação ambiental, como expressão da cidadania e alicerce do desenvolvimento sustentável.

Só assim poderemos resgatar o “espírito do Rio”.

Vamos fazê-lo juntos, em cooperação e em paz.

Muito obrigado.